



**CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**LEI Nº 5.015/2013**

**Dispõe sobre a proibição de utilização de vias públicas do Município de Cariacica para exposição de veículos com finalidade comercial e dá outras providências.**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA:** Faço saber que a Câmara aprovou, o Prefeito sancionou nos termos do art. 57, § 1º da Lei Orgânica do Município de Cariacica e eu, Presidente da Câmara, nos termos do art. 30 inc. VI do Regimento Interno **PROMULGO** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica proibida a utilização de vias públicas do Município de Cariacica para exposição de veículos com finalidade comercial.

§ 1º Para efeito da presente Lei, entende-se como via pública, toda e qualquer via situada em perímetro urbano municipal.

§ 2º Os estabelecimentos de revenda de automóveis localizados no município, somente poderão expor os seus veículos para comercialização dentro dos limites físicos de suas instalações.

§ 3º Equiparam-se aos estabelecimentos de revenda de automóveis, os empreendedores individuais, os revendedores autônomos e particulares, ainda que obtenham autorização ou condição legalizada para o exercício de tal atividade comercial.

**Art. 2º** Será de competência do Departamento de Postura da municipalidade, a divulgação, fiscalização e execução do disposto na presente Lei.

**Art. 3º** O descumprimento desta Lei acarretará ao infrator as seguintes penalidades:

- I – na primeira incidência: notificação para imediata regulamentação;
- II – na reincidência: multa no valor correspondente a 500 (quinhentas) Unidades de Valores Referência Tesouro, referenciadas pelo município;
- III – nova reincidência: suspensão do alvará de funcionamento.

**Parágrafo único.** Caberá recurso acerca das penalidades acima à Secretaria Municipal de Serviços e Trânsito.

**Art. 4º** Nos casos de recusa dos infratores ao cumprimento legal, fica a autoridade fiscalizadora, autorizada a solicitar intervenção da guarda de trânsito municipal ou policial competente, utilizando-se inclusive dos serviços oficiais de guincho, para o fiel e integral cumprimento desta Lei.

**Art. 5º** Demais normas complementares necessárias para a efetiva implantação desta Lei serão baixadas por Ato do Executivo Municipal.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vicente Santório Fantini, 31 de outubro de 2013.

**MARCOS BRUNO BASTOS**  
Presidente